

ADEUS



Juca Varella/Folha Imagem

RECONHECIMENTO Arafat visitou o Senado em 1995, quando destacou "apoio amigo" dos brasileiros

O Senado aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do líder palestino Yasser Arafat, assim como o envio de condolências à delegação oficial palestina no Brasil. Os requerimentos nesse sentido foram apresentados por Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti,

Heloísa Helena e Pedro Simon. Maguito Vilela foi indicado para representar o Senado nos funerais. Diversos senadores ressaltaram a luta de Arafat pela criação do Estado palestino e manifestaram a expectativa de que a paz seja alcançada no Oriente Médio.

Página 5

Aprovado incentivo à pesquisa científica

Em regime de urgência, o Plenário do Senado aprovou proposta do Executivo que incentiva a pesquisa científica e tecnológica em todo o país. O projeto, que vai à sanção presidencial, visa promover maior interação entre as instituições científicas e o setor produtivo.

Página 3

Presidente da China será homenageado em sessão solene

O Congresso Nacional homenageia hoje à tarde o presidente da China, Hu Jintao – foto –, que se encontra em visita oficial ao país. Ontem, em Plenário, os senadores Luiz Otávio e Antonio Carlos Valadares enfatizaram a importância do estreitamento das relações entre Brasil e China.



divulgação

Página 2

Mudanças nas PPPs podem garantir votação do projeto

Os líderes conseguiram ontem finalizar um texto que pode garantir a aprovação do projeto das parcerias público-privadas. Governo e oposição chegaram a entendimento sobre os limites de participação dos recursos públicos nos empreendimentos.

Página 3

Acordo permite a análise do Orçamento de 2005

Os presidentes da Câmara dos Deputados, João Paulo, e do Senado, José Sarney, anunciaram ontem que a Comissão de Orçamento vai funcionar sob as mesmas normas do ano passado. A definição permite o início da votação da proposta orçamentária de 2005.

Página 4



Gerardo Magalhães

SOLUÇÃO Ao lado de João Paulo, Sarney anuncia consenso: o Orçamento de 2005 começará a ser examinado, com expectativa de que a votação se conclua até o dia 22 de dezembro



DETERMINAÇÃO Marco Maciel exalta a atuação do religioso na Confederação do Equador

Projeto inclui Frei Caneca no Livro dos Heróis

Tramita na Comissão de Educação (CE), onde poderá ser examinado antes do final deste ano, projeto do senador Marco Maciel (PFL-PE) que inclui o nome de Frei Caneca (Joaquim do Amor Divino) no *Livro dos Heróis da Pátria*, que fica guardado no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

– A memória de Frei Caneca merece ser imortalizada no *Livro dos Heróis da Pátria*, ao lado do nome de d. Pedro I, sob as ordens de quem foi submetido à pena capital em 13 de janeiro de 1825, por sua participação no movimento político, conhecido por Confederação do Equador – afirmou o senador pernambucano.

Já republicano convicto, conforme Marco Maciel, Frei Caneca participou da Revolução Pernambucana, em 1817. A Confederação do Equador, disse, foi um movimento iniciado no final de 1823, ao chegar a Pernambuco a notícia da dissolução da Assembléia Constituinte. O movimento cresceu quando d. Pedro outorgou a Constituição do Império sem convocar nova Constituinte.

Congresso homenageia o presidente da China

■ Hu Jintao, que chegou ontem ao Brasil, será recepcionado em sessão solene, às 16h, no Plenário do Senado

O Congresso Nacional homenageia na tarde de hoje, com sessão solene, o presidente da China, Hu Jintao, que se encontra desde ontem em visita ao país.

Mais do que consolidar o espaço político do Brasil no cenário internacional, a visita de Hu Jintao traduz a oportunidade para as duas nações estreitarem seus laços comerciais, afirmou ontem, em discurso no Plenário,

Fotos: Célio Azevedo



AValiação Visita é oportunidade para Brasil e China estreitarem laços comerciais, diz Valadares

rio, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Ele disse que os empresários brasileiros precisam aproveitar a chance de ingressar em um mercado promissor e o gover-

no, por sua vez, deve implementar uma política comercial externa que viabilize crescimento econômico e melhoria de vida para a população.

Segundo Valadares, a estratégia para reduzir obstáculos às exportações brasileiras é prejudicada, de certa forma, pela concorrência de outros produtores, como a própria China. Por isso, sugeriu que os atos a serem firmados entre Brasil e China incluam estudos para impedir a concorrência desleal.

– Estaríamos evitando, no futuro, pendências na Organização Mundial do Comércio (OMC) com um parceiro importante como a China.



PRODUÇÃO Luiz Otávio lembra potencial de seu estado para abastecer mercado externo

Luiz Otávio quer carne na pauta de discussão

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ressaltou, em pronunciamento, a importância da visita do presidente chinês, Hu Jintao, ao Brasil. As vendas de carne para aquele país, na avaliação do senador, poderão ser um dos principais assuntos da pauta bilateral com a missão chinesa, da qual participam cerca de 300 empresários.

Ele apontou o potencial de exportação de carne bovina do seu estado, o Pará, quarto produtor brasileiro, com 18 milhões de cabeças de gado e 15 frigoríficos instalados. Luiz Otávio chamou a atenção dos ministros da área econômica para a necessidade de se liberarem recursos orçamentários para a sanidade animal, principalmente voltados para a erradicação da aftosa no país, como forma de apoiar as oportunidades de negócios que se abrem no exterior.

O senador disse que a visita representa também uma oportunidade para o estreitamento do relacionamento comercial com os chineses e exemplificou com o acordo entre a Companhia Vale do Rio Doce e o governo da China, que possibilitou aumento de 40% nas exportações de minério de ferro extraído de Carajás, no Pará.

Em aparte, o presidente da Frente Parlamentar Brasil-China, senador Alberto Silva (PMDB-PI), pediu que os parlamentares compareçam à sessão solene do Congresso Nacional que será realizada em homenagem ao visitante, no Plenário do Senado. E adiantou que vai transmitir ao embaixador chinês que o seu estado, o Piauí, tem 2 milhões de hectares disponíveis para o plantio de cana-de-açúcar e produção de álcool para a China, ou então plantio de mamona para exportação de biodiesel.

Agenda



Visita de Hu Jintao

Para hoje, estão previstas duas sessões. A primeira, marcada para as 9h, é não deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias. Às 16h, o Congresso Nacional promove sessão solene em homenagem ao presidente da China, Hu Jintao. Ele será recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, na rampa, às 15h15.

Autores e Livros comenta obra sobre Proclamação da República

Para lembrar a Proclamação da República, que se comemora na segunda-feira, o programa *Autores e Livros*, apresentado pela Rádio Senado no domingo, às 9h, vai interpretar a obra *O ocaso do Império*, do historiador Oliveira Viana. O livro trata das mudanças decorrentes da Abolição da Escravatura, em 1888, e da instauração da República, em 1889.

Ato médico na TV Senado

Ato médico é o tema do *Cidadania* de hoje, que a TV Senado exibe às 19h30. O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ricardo Moretzsohn, e o primeiro-secretário do Conselho Federal de Medicina, Marco Antônio Becker, participam da discussão.

A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. O atendimento funciona 24 horas por dia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado aprova incentivo à pesquisa científica

■ Projeto abre caminho para Brasil alcançar autonomia tecnológica e desenvolvimento industrial

O Plenário do Senado aprovou ontem, em regime de urgência, projeto do Executivo que incentiva a pesquisa científica e tecnológica em todo o país. O projeto, que vai à sanção presidencial, visa promover maior interação entre as instituições científicas e o setor produtivo, com a finalidade de se buscar, com maior rapidez e sem burocracia, o alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial brasileiro.

A proposta (PLC 49/04), que regulamenta dispositivo constitucional, foi considerada pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), como um instrumento fundamental da garantia da permanência do crescimento econômico sustentado do Brasil. Ele ressaltou que a matéria estabelece uma série de princípios que devem presidir o apoio dos poderes públicos à inovação, ao mesmo tempo em que avança no sentido de permitir que as ins-



VANTAGENS Proposta acolhida ontem pelo Plenário concede estímulos ao cientista e facilita alianças entre instituições públicas e empresas privadas

tuições públicas voltadas para a área de ciência e tecnologia possam contar com o grau de autonomia necessário para a consecução de seus objetivos.

Invenção

Conforme o texto aprovado, o criador de uma determinada invenção terá direito à participação nos ganhos econômicos advindos de seu licenciamento ou exploração. Mais: as empresas privadas que investirem em pesquisa passarão a ter preferência nas compras governamentais.

A proposta define as instituições científicas e tecnológicas (ICT) como órgãos ou entida-

des da administração pública que tenham por missão, dentre outras, executar atividades de pesquisa de caráter científico e tecnológico, o que engloba universidades, faculdades isoladas, centros federais de educação tecnológica e institutos ou departamentos de pesquisa dos ministérios.

O líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), disse que, com esse estímulo à ciência e tecnologia, todos os setores sairão lucrando, com reflexos positivos na economia. A aprovação do projeto faz parte de exigência da economia moderna, destacou ele.

Hélio Costa aposta em crescimento da ciência

O senador Hélio Costa (PMDB-MG), que preside a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, considerou, em discurso no Plenário, da maior importância a aprovação do projeto de lei de inovação tecnológica, por abrir caminho extraordinário à pesquisa brasileira, sobretudo no que diz respeito às alianças estratégicas visando ao desenvolvimento de projetos de cooperação.

Segundo o parlamentar, o apoio à pesquisa contemplará as redes e os projetos nacionais e internacionais, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos.

– Essas incubadoras são fundamentais para o crescimento do parque industrial brasileiro, para o surgimento de novas indústrias não só nas grandes cidades, mas também no interior de nossos estados.

Intercâmbio

Hélio Costa chamou a atenção para a abertura e o crescimento da ciência brasileira a partir do instante em que as empresas, o poder público e as instituições de ensino superior públicas e privadas puderem colaborar entre si, usando seus laboratórios, recursos e talentos.

– Se pudéssemos ter toda essa concentração de esforços nas pesquisas que a Embrapa realiza, não estaríamos hoje comprando as sementes [transgênicas] da Monsanto. Não estaríamos dependentes de empresas internacionais para fazer a grande revolução no campo, que já é um sucesso extraordinário no Brasil, representando quase US\$ 30 bilhões em exportações.

O senador ressaltou o fato de que, com a proposta aprovada, a União e suas entidades poderão participar minoritariamente do capital de empresa



PARTICIPAÇÃO Hélio Costa observa que medidas previstas no projeto já são adotadas em vários países

privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social na proporção da respectiva participação, disse.

– Isso é novidade no Brasil, mas não nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. Quando um cientista inventa algo, certamente ele e a empresa têm a participação, mesmo que esteja ligado originalmente a uma entidade pública.

PPPs: texto é alterado e consenso está próximo

O Senado está próximo de um consenso para a votação do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs). Os relatores, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), se reuniram ontem com líderes do governo e da oposição e com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, para

acertar um novo texto que deve dirimir pontos de conflito. O relatório será entregue aos senadores hoje para votação nas Comissões de

Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima quarta (17).

– Andamos muito, mas, como o texto mudou muito em relação à última versão, é preciso que passe pelo crivo dos partidos e dos senadores da CAE – afirmou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Conforme o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o novo texto limita-

rá em 70% a participação do capital público nas parcerias. Quando houver recursos dos fundos de pensão das estatais, o limite passará a 80%. Para serem considerados parceiros público-privados, os projetos precisarão do aval da Secretaria do Tesouro Nacional.

O passo seguinte será a análise pelo Conselho Gestor das

PPPs, que contará com a participação dos ministros da Fazenda, responsável por avaliar o projeto sob o ponto de vista fiscal, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, que deve dar o aval quanto ao mérito, mais o chefe do ministério relacionado com o projeto.

O texto impede o comprometimento de mais de 1% da receita líquida de estados e municípios com projetos de parceria público-privada. Estados e municípios que não atenderem a esse requisito deixarão de receber os repasses da União.

Estados e municípios não poderão aplicar mais de 1% da receita no projeto

Como ficam as regras para as parcerias

- ◆ Os projetos de parcerias público-privadas precisarão de aval da Secretaria do Tesouro Nacional.
- ◆ A participação do capital público nos projetos ficará limitada a 70%. Nos casos em que houver participação de recursos dos fundos de pensão de estatais, o limite sobe para 80%.
- ◆ Conselho gestor responsável pela análise dos projetos terá participação dos ministros da Fazenda e do Planejamento e do ministério relacionado com o objeto do projeto. Os dois primeiros terão poder de veto.
- ◆ Estados e municípios não poderão comprometer mais de 1% de suas receitas líquidas com as PPPs, sob pena de não receberem repasses da União.



DEFINIÇÃO Relatores do projeto reúnem-se com líderes do governo e da oposição, além do secretário do Tesouro, para definir novo texto das PPPs

Jane Araújo



CORTESIA Em visita ao Senado, embaixador da Coreia recebe de Sarney medalha comemorativa dos 180 anos do Congresso

Sai acordo para exame do Orçamento de 2005

■ Decisão, tomada após entendimento com presidente da Câmara, vai permitir a votação do Orçamento

O presidente do Senado, José Sarney, deve reeditar hoje a Resolução nº 1, que disciplinou o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) até o fim de agosto, quando seu prazo de validade expirou. Ele deu essa informação após reunião realizada ontem com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha. A falta de regras para o funcionamento da comissão a impede de votar, entre

outras matérias, o projeto da lei orçamentária para 2005.

Com a decisão, ressalta Sarney, será feito grande avanço e os parlamentares se unirão para que o Legislativo tenha condições de votar o Orçamento até o fim do ano. Ele assegurou que não se cogita prorrogar os trabalhos legislativos, mas admitiu que dificilmente o Orçamento será votado até 15 de dezembro. Segundo afirmou, tudo será feito para que, entre 20 e 22 de dezembro, as votações sejam concluídas.

– Até agora, a CMO não se reuniu. E eu, embora tendo legalmente competência para reeditar o regulamento da comissão, não o faria senão de

acordo com o presidente da Câmara – observou.

O senador afirmou ainda que discutiu o assunto com membros do colegiado, que também estiveram com o presidente da Câmara, todos empenhados em solucionar o impasse.

Embaixador

Sarney recebeu ontem o embaixador da Coreia, Kwang-Dong Kim, que veio conversar sobre a vinda do presidente de seu país ao Senado, na próxima quarta-feira, como parte da visita oficial ao Brasil.

O embaixador disse ter convidado Sarney para “conhecer melhor a Coreia”, e foi apresentado com medalha comemorativa dos 180 anos do Congresso.

Sérgio Guerra lamenta atraso na análise orçamentária

Antes da decisão anunciada pelo presidente do Senado, José Sarney, de reeditar a resolução que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) lamentou que o Congresso tenha ficado impedido, até o momento, de dar prosseguimento à tramitação da lei orçamentária.

De acordo com o parlamentar, a ausência de parâmetros

para regular esse processo deixou a execução orçamentária “desestruturada e desestruturante”.

Sérgio Guerra também alertou para efeitos adversos sobre o Orçamento da União de 2005, que deve ser aprovado pelo Congresso antes do recesso parlamentar de dezembro.

– É preciso ter consciência crítica e agilizar a solução para o problema – observou.

Comissão aprova a primeira proposta de emenda popular

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) aprovou ontem, com parecer favorável do senador Aelton Freitas (PL-MG), a primeira sugestão popular de proposta de emenda à Constituição permitindo aos partidos políticos sem representação parlamentar, mas com registro definitivo na Justiça Eleitoral, apresentar Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

Adin).

O presidente da CLP, senador Magno Malta (PL-ES), congratulou-se com a entidade que enviou a proposta, a Associação Comunitária de Chonin de Cima, distrito de Governador Valadares (MG).

A matéria agora está na fase de coleta de assinaturas, passando depois a tramitar nas comissões do Senado.



NOMEAÇÕES Lúcia Vânia (E), presidente da Comissão de Assuntos Sociais, anunciou o nome dos senadores indicados para compor o novo colegiado

J. Freitas

Subcomissão do Idoso deve ser instalada na terça-feira

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), comunicou a instalação, na próxima terça-feira, da Subcomissão Permanente do Idoso. O requerimento para criação do colegiado foi apresentado por Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Lúcia Vânia nomeou para a subcomissão, além de Sérgio Cabral, os senadores Sibá Machado (PT-AC), Aelton Freitas (PL-MG), e Antero de Barros (PSDB-MT). Será solicitada indicação do PFL.

A CAS aprovou também a realização de audiência pública,

na quarta-feira, para debater decisão do governo sobre a forma de participação do Brasil em exposição mundial no Japão, em 2005.

O colegiado decidiu ainda pela realização de audiência com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, em dia a ser definido. Na reunião, solicitada pelo ministério, Gil deverá apresentar sugestões de projetos para a pasta. Também foi acolhido requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para audiência que visa discutir o projeto que regulamenta a profissão de ortoptista (PLS 139/03).

Moreira Mariz



O senador Paulo Paim (PT-RS) lançou ontem na Câmara dos Deputados a revista *Caminhos*, que debate em sua primeira edição a proposta de reforma sindical e traz artigo em que o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) discute os 18 meses do governo Lula, além de

uma análise sobre as dificuldades de votação do desdobramento da reforma previdenciária, a PEC Paralela. A publicação também aborda temas diversos relacionados ao exercício da cidadania. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) esteve presente ao lançamento.

Aprovado voto de pesar pela morte de Arafat

■ Maguito Vilela vai representar o Senado Federal no velório e no enterro do líder palestino

O Plenário aprovou ontem a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, ocorrido em Paris, e de envio de condolências à delegação oficial palestina no Brasil. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) foi indicado para representar o Senado no velório de Arafat, no Cairo, capital do Egito, e no enterro do líder palestino, na cidade palestina de Ramallah.

A decisão favorável ao voto de pesar ocorreu por meio da votação em globo de três requerimentos, com o mesmo objetivo, apresentados pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Ao traçar um perfil de Arafat, Suplicy recordou o último encontro que manteve com o líder palestino, em 2003, quando lhe entregou uma carta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na mensagem, Lula cita o exemplo de convivência pacífica no Brasil de árabes e judeus

e afirma que o país acompanha com interesse os esforços para se obter uma solução pacífica para o Oriente Médio.

– Espero que a memória do presidente Yasser Arafat possa significar um grande empenho dos povos palestino e israelense para que se estabeleça a paz no Oriente Médio – observou Suplicy.

O senador Paulo Paim (PT-RS) salientou que a morte de Arafat “desfalca o mundo de uma das mais carismáticas lideranças da última metade do século 20”. Ele lamentou que o fato tenha ocorrido em um momento em que novos conflitos no Oriente Médio deixam “ainda distante” o sonho de criação de um Estado palestino.

Esperança

Pedro Simon lembrou que, ao longo dos últimos anos, o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, e o presidente dos Estados Unidos, George Bush, atribuíram a Arafat a falta de progresso no processo de paz na região. Após recordar que uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) determina a criação de um Estado palestino, o senador disse esperar que a situação mude com a morte do líder palestino.

– Vamos ver agora se as negociações vão adiante, se os americanos permitem que seja



HOMENAGEM O líder palestino Yasser Arafat visita o Senado em 1995 e é recepcionado pelos parlamentares

implantada a Resolução da ONU – analisou Simon.

Da mesma forma, o senador Marco Maciel (PFL-PE) manifestou a esperança de que

o processo de paz no Oriente Médio possa ser retomado. Na sua opinião, Arafat foi “apóstolo de uma causa”, à qual entregou toda a sua vida.

Na visita ao Senado, elogio ao "apoio amigo" do povo brasileiro

Em outubro de 1995, Yasser Arafat esteve em visita oficial ao Brasil. Na ocasião, o líder palestino foi recebido no Senado pelo então vice-presidente da Casa, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), além de diversos parlamentares, como os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB), Ramez Tebet (PMDB-MT) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que presidia a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Durante o encontro, em que assinou o livro de visitantes do Senado, Arafat ressaltou “o apoio amigo que o povo brasileiro sempre dedicou à causa palestina”. A visita se deu poucas semanas antes do assassinato do primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, que, junto com Arafat e o também israelense Shimon Peres, havia recebido o Prêmio Nobel da Paz de 1994 pelos esforços em prol da solução do conflito no Oriente Médio.

Guerrilheiro, premiado e confinado

Yasser Arafat morreu na madrugada de ontem, em Paris, de falência múltipla dos órgãos, no hospital onde estava internado desde o dia 29 de outubro.

Nascido Mohammed Abdel-Raouf Arafat al Qudwa al-Husseini em 24 de agosto de 1929, no Egito, Arafat trabalhou por décadas pelo estabelecimento de um Estado palestino. Sua dedicação à causa vem da juventude, como guerrilheiro, até a volta do exílio, e, depois, como presidente da ANP, cargo assumido em 1994, quando ganhou o Prêmio Nobel da Paz.

Há quase três anos, foi confinado por imposição de Israel no complexo da ANP em Ramallah, na Cisjordânia, acusado de incentivar o terrorismo. A vida de Arafat desperçou, em iguais proporções, amor e ódio, ingredientes que fazem parte do conflito árabe-israelense desde 1948. Sua morte, registraram os senadores, deixa um vácuo no comando da causa palestina, pois era um líder admirado por seu povo.

Sérgio Cabral



"Bush tem postura belicista em relação aos árabes"

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) solidarizou-se com o povo palestino, observando que Yasser Arafat buscou o caminho do entendimento.

O senador lamentou que a morte de Arafat coincida com a reeleição, nos Estados Unidos, do presidente George Bush, que, para ele, tem uma postura “belicista em relação ao mundo árabe e às questões do Oriente Médio”.

Ramez Tebet



"Luto pelo líder atinge todos os países do mundo"

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou o seu pesar pelo falecimento do líder palestino, Yasser Arafat, que personificou o sonho de um Estado palestino livre.

– Foi um guerreiro e um pacificador ao mesmo tempo e lutou pela autodeterminação do seu povo – exaltou o senador. Tebet disse que o luto não é só do povo árabe, mas do mundo todo.

Ideli Salvatti



"Direito à territorialidade é imprescindível"

Ao lamentar a morte de Yasser Arafat, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), apresentou os pêsames não só a todo o povo palestino, “pela perda de seu mais importante líder”, mas também a todos os homens e mulheres que lutam com dignidade pela soberania dos povos e pelo “direito à territorialidade”, que classificou de “imprescindível” para qualquer povo do mundo.

Suassuna se defende de acusações veiculadas pelo *Correio Braziliense*

■ Senador nega desvio de recursos e estranha que jornal tenha tido acesso a dados da CPI do Banestado

Enfatizando sua indignação, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) negou que esteja envolvido nos episódios de transferência irregular de recursos para o exterior, como aponta matéria publicada no *Correio Braziliense* de ontem, intitulada “Os dólares do senador”. Ele enumerou o que considerou “maldades” da reportagem e cobrou o fato de que dados que estariam de posse da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado terem sido divulgados.

De acordo com a matéria, o nome do senador consta em cerca de cem documentos guardados em uma pasta sanfonada marrom, depositada



Fotos: Célio Azevedo

COBRANÇA Suassuna quer explicação sobre a possível quebra de sigilo da comissão de inquérito

em sala secreta da CPI, que comprovariam que ele teria movimentado, entre 1998 e 2003, cerca de US\$ 3 milhões na conta particular Key West (nome de localidade da Flórida) no Delta Bank, de Miami.

Suassuna afirmou que detém contas no Banco do Brasil e no Delta Bank, que possui um apartamento há mais de 20

anos em Miami e também que já foi proprietário de uma escola na localidade. Mas disse que todas as suas movimentações bancárias são conhecidas pelo Banco Central (BC).

– Todos sabem que sou empresário do Colégio Anglo-Americano, que é uma rede de ensino a distância que possui alunos de 48 países. No entanto a matéria não fala que estou afastado da gerência da escola há oito anos. Eu não tenho nada a esconder – afirmou.

"Maldades"

O senador informou que, pelas características da escola, o pagamento das mensalidades é feito por via bancária. Sobre esse aspecto, reclamou ele, existe uma “maldade” na matéria. Segundo Suassuna, a resposta a ele atribuída, de que “não saberia de onde o dinheiro vem”, estava inserida no contexto do pagamento das mensalidades.

Ao ser perguntado se ele

achava que as notícias estariam sendo utilizadas para pressionar o PMDB, Suassuna respondeu: “Não sei. A ênfase é tanta que a gente desconfia”.

Outra perversidade da notícia, a seu ver, é uma das frases do texto, segundo a qual os documentos foram entregues ao “relator e representante do governo, José Mentor (PT-SP)”. Em resposta aos jornalistas, o senador disse que começa a duvidar que a divulgação esteja relacionada com Mentor.

Um terceiro equívoco, observou, é o fato de a matéria não deixar clara a diferença entre o que é saldo e o que é movimentação em uma conta.

Suassuna estranhou, no entanto, que o jornalista do *Correio* tenha narrado com tantas minúcias os fatos relacionados com documentos da CPI.

– Eu estou à disposição da CPI, mas quero saber dessa quebra de sigilo, porque isso é um crime – enfatizou.



DÚVIDA Demostenes apresentou cinco pedidos de informação dirigidos ao Executivo

Demostenes quer esclarecer dispensa de licitação

A contratação de serviços de comunicação pelo governo levou Demostenes Torres (PFL-GO) a apresentar ontem cinco requerimentos de informação, dois deles dirigidos ao Ministério da Previdência Social e três à Casa Civil da Presidência da República. O senador pede esclarecimentos sobre a contratação de serviços com dispensa de licitação e supostas irregularidades nos termos aditivos.

Em uma das consultas ao Ministério da Previdência, Demostenes pede explicações sobre contrato entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), no valor de R\$ 8,3 milhões, para criar uma “megaestrutura de comunicação na autarquia”. Além de ser realizado sem licitação, o negócio foi questionado quanto à conveniência e necessidade, em reportagem do jornal *O Globo*.

Calamidade

Outro contrato sem licitação celebrado entre o Ministério da Previdência e a Central de Notícias S/C Ltda., orçado em R\$ 1,7 milhão, foi questionado pelo senador. Nesse caso, a dispensa do instrumento fundamentou-se no argumento de “emergência ou calamidade pública”.

Na consulta à Casa Civil, o parlamentar pede que se esclareça o teor dos termos aditivos firmados com três empresas, entre elas a Duda Mendonça & Associados. Demostenes sustenta que, ao acessar o *Diário Oficial da União*, o cidadão deve ver assegurado o direito de saber o que está sendo contratado pelo governo.

Senador conta com total apoio do PMDB, afirma Renan

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, afirmou, em aparte ao discurso do senador Ney Suassuna, que o partido presta total apoio ao parlamentar. Renan parabenizou Suassuna por sua coragem e transparência.

– Ele tem total apoio dos membros do PMDB. Nós confiamos no senador e fazemos coro para que essas coisas todas se esclareçam. O que não pode é continuar acontecendo o que aconteceu hoje; as coisas chegam aos jornais e nada é feito. Precisamos repor a verdade, pois todos sabem que o senador

é empresário e conhecem seus negócios – assinalou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), também em aparte, disse que considerava “muito sério” o fato de a CPI não fazer nada diante dessas denúncias.

– O presidente do Senado, José Sarney, tem que se manifestar pois são denúncias que atingem o Congresso. Acho que a gaveta [da CPI] fechada a sete chaves precisa ser aberta. É preciso uma intervenção nesse assunto pois as comissões e CPIs perderam a autoridade. A responsabilidade de intervir neste caso é do presidente do

Senado e do presidente da Câmara – alertou.

Esclarecimento

Heráclito Fortes (PFL-PI) também se manifestou a respeito do assunto, sem condenar a reportagem do jornal, mas apoiando as preocupações de Simon. Para ele, o problema é que nada está sendo feito para que se esclareça porque a CPI foi paralisada.

– A gente fica com a sensação de frustração. Os focos foram sendo mudados de acordo com os interesses. Eu concordo com Simon no sentido de que se deve tomar uma providência, pois é revoltante para um



TRANSPARÊNCIA Renan: “Precisamos repor a verdade. Todos sabem que o senador é um empresário”

membro da CPI não ter acesso a informações a que a imprensa pode ter – reclamou Heráclito.



OPOSIÇÃO Presidente da CPI do Banestado, Antero diz que reuniões do colegiado têm sido obstruídas

Antero: documentos não foram autuados

Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPI do Banestado, disse que os documentos citados na matéria do *Correio Braziliense* de ontem não foram autuados por ele.

Antero informou que, por solicitação do relator da comissão, um assessor viajou aos Estados Unidos para buscar os referidos documentos e teria avisado que precisaria tirar cópias dos documentos.

– Eu disse que, evidentemente, deveria tirar cópias, mas quando o relator me pediu para autorizar o pagamento de algo como 25 mil cópias, eu respondi que não poderia fazer isso sem saber com certeza se naquelas caixas existia o número de documentos que se dizia. Por isso, esses documentos não estão autuados até agora – afirmou.

Antero lembra que as últi-

mas reuniões agendadas da CPI não ocorreram devido a obstruções.

Ele acrescentou que pediu ao senador Sarney que sejam adotadas medidas para continuação da CPI. E esclareceu que os documentos também estão em posse do Ministério Público, da Polícia Federal, do Ministério da Justiça e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

José Jorge destaca pontos da reforma do Judiciário

■ O primeiro turno de votação da reforma deve ser concluído na terça-feira, com o exame de destaques

O senador José Jorge (PFL-PE) destacou ontem, em discurso no Plenário, seis pontos principais da proposta de reforma do Judiciário, matéria de que ele é relator. O parlamentar agradeceu os cumprimentos recebidos, mas ressaltou que a reforma é uma obra coletiva, citando as 14 audiências públicas realizadas para discutir o tema, com participação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tribunais superiores; integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e entidades de magistrados e do Ministério Público. A votação dos destaques está prevista para esta terça-feira.

O primeiro ponto mencionado foi a elevação dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ao *status* de emenda constitucional, desde que aprovados por três quintos dos votos de senadores e deputados. O segundo se re-



Célio Azevedo

DECISÃO José Jorge anuncia acolhimento de emenda que assegura manutenção de garantias como a vitaliciedade do juiz

laciona à sujeição do Brasil ao Tribunal Penal Internacional, o que, a seu ver, vai permitir a efetiva punição dos crimes contra os direitos humanos “sem o óbice da territorialidade”.

José Jorge citou em seguida a federalização dos crimes contra os direitos humanos. Esse instrumento, observou, permite ao procurador-geral da República requisitar para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a competência para o

juízo. Outro item apontado pelo relator foi a criação do Conselho Nacional de Justiça, que será, por um lado, o fiscalizador das atividades do Poder Judiciário e, por outro, um canal de comunicação com a sociedade,

– O conselho, inicialmente, não fazia parte da estrutura do Poder Judiciário, mas estou acolhendo destaque nesse sentido para incluí-lo. Tal medida é importante porque assegura a manutenção das garantias constitucionais de vitaliciedade ao juiz e garante que o juiz não se sinta intimidado no exercício de suas funções.

O senador também se referiu à instituição do Conselho Nacional do Ministério Público, para controlar a atuação administrativa e financeira da instituição.

Finalmente, José Jorge salientou a súmula vinculante – que obriga as instâncias judiciais e administrativas a acatarem decisões do STF – e da súmula impeditiva de recursos.

Duas PECs complementam as mudanças

José Jorge registrou ainda outras alterações, como a determinação de que as sessões dos tribunais sejam públicas; a proibição de se nomear parentes para cargos de confiança nos tribunais e juízos; o dispositivo que assegura “razoável duração do processo e os meios para celeridade de sua tramitação”. Mencionou também a exigência de, no mínimo, três anos de atividade jurídica para o ingresso na magistratura; a quarentena, por igual período, para que juízes e procuradores

e promotores aposentados passem a advogar nos foros que atuaram antes da aposentadoria; e a extinção dos tribunais de alçada estaduais.

O senador lembrou a necessidade de se aprovar as duas novas propostas de emenda à Constituição (PEC) sobre a instituição de juizados de instrução criminal e a substituição dos precatórios por títulos sentenciados, concedendo ao Estado até dez anos para pagar dívidas judiciais. Essas PECs ainda precisam ser analisadas no Senado

em dois turnos, assim como os 165 destaques apresentados às duas outras PECs cujos textos básicos foram aprovados ainda no primeiro semestre.

Desvios na Saúde

José Jorge pediu que o Senado, por meio das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Fiscalização e Controle (CFC), além do Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União, apurem as denúncias sobre desvios de recursos do Ministério da Saúde para as campanhas eleitorais.

Lúcia Vânia lamenta acidente com 25 mortes em Goiás

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) – foto – lamentou ontem, em Plenário, a morte de 25 pessoas em acidente envolvendo um caminhão de gás e um ônibus que transportava trabalhadores rurais, na BR-

452, no município goiano de Maurilândia.

– O acidente deve chamar a atenção do Senado, que tem clamado contra o estado precário das estradas – disse a representante goiana.



J. Freitas



Célio Azevedo

SOLUÇÃO Jucá sugere ao chefe do Executivo do estado administração à base do entendimento

RR: Jucá aponta desafios para o novo governador

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu em Plenário ao novo governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), que faça um “governo de entendimento, resultados, comedimento e

ousadia”. Segundo colocado nas eleições de 2002, Ottomar assumiu o governo por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que rejeitou recurso do governador Flamarion Portella (sem partido), cassado pelo tribunal.

Segundo Jucá, o momento é de “desafios” para o estado, que, disse, enfrenta dificuldades nas áreas de saúde, emprego e questões fundiárias. Para resolver a situação, ressaltou, deve-se buscar a união de todas as forças políticas de Roraima, como defendeu – conforme relato do senador – o novo vice-governador, Erci de Moraes, filiado ao PPS.

– Nós, da bancada federal, atuaremos em conjunto, depois dessa mudança. O novo vice-governador tem toda autoridade para, em acordo com o governador, buscar a união e o entendimento.

Ideli comemora desempenho do FGTS

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), previu ontem, em Plenário, que a arrecadação líquida do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) alcançará neste ano aproximadamente R\$ 6 bilhões – R\$ 1,5 bilhão a mais do que em 2003. O resultado, afirmou, indica a retomada do crescimento econômico e permite a ampliação dos investimentos do governo nas áreas de habitação e saneamento, que contam com recursos do FGTS.

Segundo Ideli, o desempenho do FGTS nos nove primeiros meses do ano foi de R\$ 4,1 bilhões. Os depósitos somaram



Célio Azevedo

CRESCIMENTO Segundo Ideli, a arrecadação líquida do Fundo de Garantia deve ficar em R\$ 6 bilhões

R\$ 20 bilhões e os saques, R\$ 15,9 bilhões, informou. Com a ampliação dos depósitos, observou, a Caixa Econômica Federal deverá dispor, em 2005, de R\$ 2,5 bilhões adicionais – além dos R\$ 7 bilhões já aplicados neste ano – para novos investimentos.

Valmir Amaral homenageia Santos Dumont

Valmir Amaral (PMDB-DF) homenageou Alberto Santos Dumont e o vôo do *14 Bis*, que, disse, inaugurou a era da aviação para a Humanidade, como o vôo pioneiro ocorrido em 12 de novembro de 1906, em Paris.

– Acredito na relevância desta homenagem, pois considero que as conquistas da aviação brasileira representam o que há de melhor em nós, brasileiros. É uma evidência perene da capacidade criadora e espírito empreendedor de nosso povo,



Moreira Mariz

PIONEIRISMO Valmir Amaral lembra o histórico vôo do *14 Bis*, no dia 12 de novembro de 1906, em Paris

testemunho de uma jovem nação que sempre sonhou alto.

Valmir Amaral citou ainda os grandes aviadores brasileiros e a atuação do Correio Aéreo Nacional (CAN).



ESTRANHEZA Heráclito ressalta que, mesmo o Piauí sendo governado por membro do PT, dinheiro não chega

Heráclito volta a pedir recursos para vítimas das enchentes

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ao governo federal a imediata liberação de recursos destinados a socorrer as famílias piauienses desabrigadas em virtude das enchentes

tes ocorridas no início do ano. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu ajuda para os desabrigados, “mas, até agora, nada”.

Heráclito também cobrou a liberação de dinheiro para a realização de obras de emergência no estado em função das enchentes. Ele estranhou que, apesar de o Piauí ser governado por um membro do PT (Wellington Dias), “o Palácio do Planalto não tenha atendido aos reclamos da população”.

– Se o ministro da Saúde, Humberto Costa, admitiu que nada havia sido enviado em caráter de emergência ao Piauí, o dos Transportes, Alfredo Nascimento, afirma que foram empenhados mais de 18 milhões de reais. Mas, na prática, o que foi de fato liberado é pouco mais de 1 milhão e 600 milhões de reais, o que não é suficiente nem para tapar buracos – protestou o senador.

Eduardo enaltece homenagem a Zélia Gattai

A entrega do título de Doutora Honoris Causa à escritora Zélia Gattai Amado, concedido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), foi enaltecida ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Ele informou que o nome da escritora foi indicado por unanimidade por professores e alunos da UFT e, na cerimônia de entrega do título, ocorrida na terça-feira, na Fundação Casa de Jorge Amado, no Largo do Pelourinho, em Salvador, Zélia também tomou posse como membro do conselho pleno da editora da universidade. Eduardo disse que o estado do Tocantins, por meio de sua universidade, “se sentiu honrado” em conceder o título



UNANIMIDADE Eduardo afirma que seu estado se sente honrado em conceder o título à escritora

a Zélia Gattai, considerada, conforme observou, uma das maiores escritoras brasileiras da atualidade.

O senador salientou que, durante a cerimônia, Zélia se emocionou ao fazer um relato de sua vida junto ao marido, o escritor Jorge Amado, já falecido. A escritora é autora de vários livros, entre eles *Anarquistas, graças a Deus, A casa do Rio Vermelho e Chão de meninos*.

Tebet cobra da Câmara votação da PEC Paralela

■ Senador recorda que matéria foi motivo da convocação extraordinária no ano passado

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou ontem em Plenário o cumprimento do acordo feito no Senado para a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que ameniza os efeitos da reforma da Previdência sobre o funcionalismo público, conhecida como PEC Paralela. Segundo o senador, a PEC está há meses para ser votada em segundo turno no Plenário da Câmara. Ele fez um apelo para que o presidente daquela Casa, deputado João Paulo Cunha, coloque a matéria em votação.

– Quantos não votaram no Senado a favor da reforma da



PRESSA Tebet faz apelo ao presidente João Paulo Cunha para que coloque a matéria em pauta

Previdência em função do acordo da PEC Paralela – lembrou Ramez Tebet.

O senador disse que a PEC Paralela foi motivo da convocação extraordinária no ano passado e que não teria cabimento voltar a ser novamente um dos temas de uma outra convocação. Ele afirmou que vem recebendo cobranças pela falta

Alberto Silva sugere modelo de assentamento

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse ontem que considera uma vitória para seu estado (Piauí) e para o país os resultados de um projeto de assentamento rural, baseado em um sistema associativo e no plantio da mamona para extração de óleo combustível. Ele afirmou que o modelo é exemplo a ser copiado em todo o Brasil como saída para evitar o êxodo rural.

– Essa pode ser a solução para a reforma agrária em nosso país, pois até agora o que foi feito nesse setor representa um verdadeiro equívoco, em especial no Nordeste, que tem

milhões de trabalhadores rurais que, por falta de apoio, acabam migrando para as cidades grandes, gerando, por sua vez, violência, desemprego e miséria – assinalou o senador.

Ele explicou que o sistema foi baseado em estudos de técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que indicam o tamanho de três hectares para o assentamento de famílias rurais.

A semente de mamona, detalhou o senador, foi escolhida por ser de fácil cultivo e pelo seu alto potencial produtivo.

Os trabalhadores vão receber sementes selecionadas, trei-

de cumprimento desse acordo e que milhares de servidores públicos estão aguardando a aprovação da PEC, que estabelece as regras de transição e paridade para o reajuste dos inativos do funcionalismo público, entre outros pontos.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que visitou 150 municípios gaúchos nas eleições municipais deste ano e que a maior cobrança que recebeu foi o cumprimento de acordos firmados no Congresso. Ele classificou de “falta de seriedade” a possibilidade de a PEC Paralela acabar sendo motivo de uma nova convocação extraordinária. No entanto, Paim manifestou a sua esperança de que a Câmara conclua a votação. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apontou o descaso em relação ao acordo firmado no Senado e apoiou o discurso de Tebet.



RESULTADOS Alberto Silva ressalta que experiência pode ser copiada para evitar o êxodo rural

namento e financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). O mecanismo mais revolucionário, no entanto, considerou Alberto Silva, é a filiação do agricultor, por cotas, a uma associação de produtores, na forma de uma sociedade civil.



EXPOSIÇÃO Estudantes conhecem livros editados pelo Senado na feira do livro de Porto Alegre

Livros: documentos históricos despertam interesse dos gaúchos

“Esta exposição é tri”, comentou o estudante Uchaier Costa Rodrigues, 15 anos, ao conhecer a área do estande do Senado destinada à exibição de documentos históricos. “É tri-bala”, emendou Michael Ferreira Estigarribia, 13, colega de Uchaier na turma de 6ª série da Escola Estadual de Ensino Fundamental Minuano. Ambos moradores do bairro Esmeralda, eles visitaram, na

tarde de ontem, a 50ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Uchaier e Michael procuraram o estande do Senado em busca de algumas respostas para um trabalho da escola. Depois de recolher as informações necessárias para o preenchimento do questionário, eles conheceram as diversas atrações do estande. A exposição de documentos que integram a

história do Brasil e do Rio Grande do Sul foi a preferida.

O diploma de Getúlio Vargas quando assumiu uma cadeira de deputado federal pelo Rio Grande do Sul é um desses documentos. A Lei Áurea é outro documento importante que integra a mostra do Senado, que também traz cartas de renúncias dos ex-presidentes Fernando Collor e Jânio Quadros.